

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: ‘Opressão vivida hoje por indígenas é rara’	2
Título: Mudança de regra atinge a geração distribuída	10
Título: Petrobras ajusta regras para venda de refinarias.....	13
Título: Destaques	15
Título: Ataque na Arábia Saudita pressiona preço do petróleo	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Tensão entre Irã e Arábia Saudita eleva preço do petróleo após ataques de drones. 18	
Título: Ataque ameaça ainda mais o já instável mercado do petróleo.....	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	22
Título: Justiça anula 96% dos pedidos de mineração em terra indígena no AM	22
Título: Mapa	24
VEÍCULO: O Globo.....	24
Título: O pré-sal pode ganhar com os ataques à Arábia Saudita	24
Título: Petróleo dispara após ataques na Arábia Saudita	25
Título: No Brasil, leilões serão beneficiados, mas gasolina deve subir	27
Título: Houthis mostram vulnerabilidade da ditadura saudita	27
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	29
Título: Mangueiras tem dívidas de R\$ 3,4 bi.....	29
Título: Mercado aposta em novo corte na Selic	29

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/09/2019****Seção: Brasil****Autor:****Título: 'Opressão vivida hoje por indígenas é rara'**

O governo de Jair Bolsonaro está chegando ao “topo da lista dos opressores” dos povos indígenas, mesmo diante de um elenco de séculos de arbitrariedades. A avaliação é de Manuela Carneiro da Cunha, professora titular aposentada da USP e professora emérita da Universidade de Chicago, referência internacional na antropologia. “É um pesadelo”, continua, avaliando o aumento do desmatamento e o questionamento do trabalho de pesquisadores em instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

“O governo solapou a fiscalização e desdenha o conhecimento científico”, continua. O impacto das mensagens de Bolsonaro e de membros de sua equipe (“que é um governo atípico, um ponto fora da curva”, avalia) é imenso, diz. “No solo, na biodiversidade, no clima e na imagem do Brasil”, segue Manuela, que foi aluna do francês Claude Lévi-Strauss, um dos maiores intelectuais do século XX.

Foi com o mestre que aprendeu que biodiversidade é uma riqueza e uma defesa para o futuro. “O Brasil tem a biodiversidade das florestas, que é um seguro para o mundo inteiro. Não conhecemos nem 15% do que tem na Amazônia”, diz.

Manuela atendeu o **Valor** em sua casa em São Paulo. Disse que o presidente francês, Emmanuel Macron, foi “infeliz” ao falar em internacionalização da Amazônia diante do aumento das queimadas, mas que o Brasil tem, sim, responsabilidade internacional em manter a floresta, para o bem da proteção climática global e da biodiversidade, assim como, no plano doméstico, para o regime das chuvas, fundamental às cidades e à agricultura. A seguir, trechos da entrevista em que ela dá exemplos de como as populações tradicionais estimulam a inovação da diversidade, como usam o fogo sem causar danos e como desmatam para cultivar de modo que a floresta sempre retorne.

Valor: *O atual governo Bolsonaro ameaça os povos indígenas?*

Manuela Carneiro da Cunha: Tendo em vista os séculos de opressão e desgraças dos povos indígenas, é difícil o governo chegar ao topo da lista dos opressores. Mas acho que está chegando lá. Até hoje, a retórica oficial da República nunca tinha sido explicitamente anti-indígena. Mas agora, somando-

se ao esvaziamento orçamentário dos órgãos de fiscalização ambiental e de direitos indígenas, esse discurso oficial foi entendido por grileiros, madeireiros e garimpeiros como um respaldo à ilegalidade do que costumeiramente praticam.

Valor: *De que forma ocorrem as ameaças aos índios?*

Manuela: É um vale-tudo. Invadidas, as terras indígenas que sempre foram barreira contra o desmatamento, registram alertas 38% maiores no primeiro semestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. Os alertas de mineração subiram 85%. Os mais vulneráveis são os povos isolados, mas inclusive para aqueles com terras demarcadas e homologadas, nada está seguro.

Valor: *Pode dar exemplos?*

Manuela: Trechos do médio rio Xingu estão morrendo e com ele os modos de vida dos juruna. Terras homologadas guarani no Vale do Ribeira recebem visitas de representantes do governo para propor cortes. Um ministro vai ao Canadá [Bento Albuquerque, das Minas e Energia, em março] prometer acesso a lavra em terras indígenas a mineradoras multinacionais. Onde fica a soberania do Brasil? Onde ficarão as reservas minerais de que o Brasil precisa para as gerações futuras?

Valor: *Como vê o aumento do desmatamento e instituições como o Inpe sendo questionadas?*

Manuela: É um pesadelo. O impacto [das mensagens] do governo atual, que é um governo atípico, um ponto fora da curva, é imenso. No solo, na biodiversidade, no clima e na imagem do Brasil. É lamentável que o Brasil faça parte agora deste clube em que estão Orbán na Hungria [primeiro-ministro Viktor Orbán] o presidente polonês [Andrzej Duda] e sobretudo Trump [Donald Trump] nos Estados Unidos. Que o Brasil, com a biodiversidade que tem, esteja jogando fora esta enorme riqueza é uma vergonha nacional. Espero que seja transitória, não é possível que continue.

Valor: *O governo acredita que o interesse internacional é pelas riquezas minerais que o subsolo da Amazônia guardaria.*

Manuela: Este argumento é um tigre de papel sempre invocado. A história da cobiça e da ameaça da internacionalização da Amazônia é uma retórica sempre usada na hora que convém. Agora, o Macron [presidente francês, Emmanuel Macron] foi infeliz. Já levantaram essa lebre antes, o que acho uma irresponsabilidade. Não que tenha algum fundo de realidade. Mas é lançar uma bola alta a um governo que se refugia nesse nacionalismo espúrio.

Valor: *O que acha da narrativa da soberania?*

Manuela: A pressão internacional não tem nada a ver com soberania. Mas nós temos uma responsabilidade internacional.

Valor: *Qual?*

Manuela: Temos uma floresta extremamente importante. Como o Congo e a Indonésia também têm, não somos os únicos. É uma responsabilidade internacional que temos que assumir porque tem a ver com o clima global e com biodiversidade, e, no plano doméstico, com o regime de chuvas. A floresta é crucial para a agricultura, para as cidades. Reduzir isso a uma questão de nacionalismo e de soberania é um logro, mas não apenas: usar esse tipo de argumento para se defender de responsabilidades que não estamos assumindo é simplesmente errado.

Valor: *Como analisa a ação do governo?*

Manuela: O governo solapou a fiscalização e desdenha o conhecimento científico. É um absurdo querer agora contratar outro serviço [de imagens de satélite para monitorar o desmatamento da Amazônia] quando se tem um instituto com o peso internacional do Inpe. Desprezo que se manifesta no corte de verbas dos institutos, das bolsas de estudos.

Esta história da cobiça internacional pela Amazônia é uma retórica sempre usada na hora que convém”

Valor: *Como isso se reflete nos povos indígenas?*

Manuela: Em vários aspectos. A polícia age muito devagar nas emergências. O Ibama, que está precarizado, se queixa que, quando quer fazer uma fiscalização, a polícia não apoia. Todos os órgãos de fiscalização e os de detecção, como o Inpe, estão sendo acabados.

Valor: *Lembra-se de algo parecido com esse quadro antes?*

Manuela: Francamente, não. É uma situação gravíssima. É a festa dos grileiros e a festa do desmatamento. No passado houve grandes picos de desmatamento, mas também houve reação do governo e uma fantástica queda no desmatamento. O Ministério do Meio Ambiente acionava operações de comando e controle que tinham apoio de todo o Estado. Agora o Estado não só não está presente como o governo está incentivando isso. Esse tal “dia do fogo” [em agosto, produtores rurais no Pará teriam iniciado um movimento conjunto para incendiar áreas de floresta] foi uma resposta explícita: “Presidente, nós estamos aqui, queremos trabalhar”, disseram.

Valor: *Acredita que o governo entendeu que tem que reverter?*

Manuela: Acho que entenderam que é algo mais grave do que estavam esperando. E imagino que o agronegócio deve ter sido influente em fazer o governo entender, porque corre risco de sanções.

Valor: *Como os povos indígenas lidam com o fogo na Amazônia?*

Manuela: Para os índios no bioma Amazônia, o uso do fogo é tradicional e importante. Mas há uma diferença total com o que está acontecendo agora. A agricultura tradicional é de queima e pousio [período em que as terras são deixadas em repouso, sem semeadura], e este descanso é que permite a recuperação da floresta. É feita pelos povos indígenas com uma tecnologia muito avançada e precisa.

Valor: *Qual tecnologia?*

Manuela: Alguns povos ao abrir um roçado preservam algumas espécies e outras não cortam por inteiro. Derrubam a floresta, deixam secar e depois queimam. As cinzas são importantes para fertilizar o solo ruim da Amazônia.

Valor: *Por que agem assim?*

Manuela: Eles cortam algumas árvores em certa altura, permitindo que se regenerem. Mas o primeiro rebrote fará sombra para a jovem mandioca que plantam e que precisa de sol, então tiram estes brotos. Quando surge o segundo rebrote, a mandioca já ultrapassou a sombra. Há todo um cuidado para manter a árvore e deixar o sol passar sobre o que estão cultivando. Também conservam todas as árvores que atraem passarinhos, porque eles trazem sementes da floresta e ajudam no pousio. A ideia é que a floresta sempre volte.

Valor: *São práticas comuns?*

Manuela: As técnicas são eventualmente diferentes, mas todos têm o cuidado com a volta da floresta. A questão da agricultura tradicional é uma questão de escala. São roçados pequenos, de no máximo um hectare, e rodeados de floresta, o que permite a regeneração da área. A arqueologia brasileira tem descoberto que muita desta floresta que se imaginava virgem é antropizada [resultante da ação do homem]. Pelo menos 10% da Amazônia é antrópica.

Valor: *O que significa?*

Manuela: Significa que a floresta foi cultivada. Mas a biodiversidade de uma floresta antrópica madura é similar à de uma floresta virgem. O pousio é muito importante para que ela regenere. Então, é uma injustiça achar que são os

pequenos que estão fazendo as queimadas. Eles fazem aceiros [faixas em que a vegetação é eliminada para prevenir a passagem do fogo], têm todo o cuidado e o fazem em escala mínima. E é assim que a Amazônia existe há milhares de anos.

Valor: *E no cerrado?*

Manuela: No cerrado, o fogo é usado para prevenir fogo. Os xavante, por exemplo, não esperam o fogo do raio. No começo da estação seca, já fazem fogo preventivo.

Valor: *Para que tudo não queime se vier um incêndio natural?*

Manuela: Exatamente. Porque o que torna aquele fogo descontrolado? É a biomassa seca, às vezes o capim que foi deixado por invasores. Na Austrália se faz a mesma coisa. O governo contrata aborígenes para manejar o fogo. Mas só é possível em biomas que se prestem a isso, como o cerrado, para prevenir incêndios catastróficos.

Valor: *É verdade que na Constituinte o Exército apoiava a demarcação de terras indígenas nas fronteiras, como uma área de proteção?*

Manuela: Sim, parte das Forças Armadas entendeu assim. Mas tem quem acredite que há o perigo de os índios pretenderem tornar estas terras independentes. É ridículo.

Valor: *Por quê?*

Manuela: Terras indígenas são da União. Os índios têm a posse e o uso exclusivo dos recursos, mas não do subsolo. Mas tudo na superfície é de usufruto exclusivo dos índios, inclusive garimpo. Não é o que acontece, claro. Cada vez que tem alguma coisa que suscite cobiça, entram garimpeiros. Não há garimpos indígenas.

Valor: *Há índios garimpeiros?*

Manuela: Pode ser. Há indígenas em todo lugar, nas Forças Armadas, nas universidades. O próprio vice-presidente Hamilton Mourão diz que é indígena. Mas para ser indígena, segundo uma posição aceita pelos antropólogos, é preciso que o povo indígena o reconheça como um deles.

Valor: *Os índios podem vender a terra?*

Manuela: Nem vender nem arrendar, pelo menos até agora. Um projeto de lei anti-indígena que tramita no Congresso quer permitir arrendamento, um absurdo.

Valor: *Por quê?*

Manuela: Está cheio de arrendamentos ilegais. Em Mato Grosso do Sul há vários casos, como o dos pareci. Isso significa que tem gente de fora que entra na área indígena e dificilmente depois quer sair. É uma quebra de direitos dos índios. Tornar legais os arrendamentos é caminho para expropriar.

Valor: *Uma das falas deste governo é que os índios querem isso.*

Manuela: Em Mato Grosso do Sul há várias terras indígenas demarcadas e homologadas, mas que estão invadidas por fazendeiros, e os índios não conseguem ter a posse efetiva de territórios legalizados. Esta situação os fragiliza muito, estão impedidos de usar a terra. Existem arrendamentos ilegais, garimpos ilegais, madeireiras ilegais, grileiros. Há enorme ilegalidade na Amazônia, e não só lá.

O que vivemos hoje é uma situação gravíssima. É a festa dos grileiros e a festa do desmatamento”

Valor: *Bolsonaro diz que eles “são gente como nós”, que “querem celular”. O que acha desta fala?*

Manuela: Eles seguem indígenas na medida em que são reconhecidos pela comunidade e que têm continuidade em seu modo de vida e valores. Existem excelentes cineastas indígenas, que conhecem bem a tecnologia de fazer filmes. Isto os torna menos índios?

Valor: *O Brasil perde ao querer homogeneizar as diferenças?*

Manuela: Perde uma enorme diversidade, que é uma das coisas mais preciosas que existe. Meu professor, Levi-Strauss [o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss], tinha uma visão pessimista do futuro. Ele dizia: “A fonte da criação é a diversidade”. É o que permite a vida. Economistas e físicos dizem o mesmo. Se a gente perde diversidade, perde opções de se renovar.

Valor: *A senhora diz que a vida das plantas é uma corrida armamentista. O que quer dizer?*

Manuela: Plantas estão sempre se defendendo de ataques de fora. Podem ser pragas, pulgões, mudança climática. Elas se defendem criando compostos.

Existem plantas que atraem e as que repulsam. Repelem herbívoros, até com substâncias tóxicas.

Valor: *Para conservar a biodiversidade, a senhora diz que há duas formas: uma cara e outra não.*

Manuela: A cara são os bancos de germoplasma como o Cenargen, da Embrapa, ou o de sementes de Svalbard, no Ártico. E há o sistema “in situ” que não está em um banco, isolado. Está na vida.

Valor: *A falta de diversidade causou a “Grande Fome da Irlanda”?*

Manuela: A batata foi domesticada nos Andes, onde há mais de mil variedades. Os espanhóis as levaram e disseminaram na Europa. No século XIX eram a base da alimentação da Irlanda e de vários outros países, um alimento barato e farto. Na Irlanda havia apenas dois tipos de batatas, escolhidas pelo critério da produtividade. Foram atacadas por um fungo, as plantas morreram, a fome matou 1 milhão de irlandeses e 1 milhão emigrou para os EUA e o Canadá. A diversidade é uma defesa para episódios como aquele.

Valor: *Manter a diversidade é comum no modo de vida indígena?*

Manuela: Os kaiapó consideram bonitas roças que tenham muita diversidade. No rio Negro, o status de uma agricultora depende da diversidade que tem. O caso da mandioca, alimento base de muitos povos indígenas, é interessante. Foi domesticada no Brasil, provavelmente na região de Rondônia, há uns sete mil anos.

Valor: *Como é este caso?*

Manuela: No alto rio Negro há mais de cem variedades de mandiocas. Em quase todos os povos indígenas, quando casam, é o homem quem vai para a casa da mulher. Mas no rio Negro é o contrário, são as mulheres que vão para a aldeia do marido. Ali farão sua primeira roça e ao saírem de casa recebem das mães mudas de variedades de mandioca. Ao chegar na nova aldeia, recebem mudas das sogras. Acontece a mistura, a inovação. Em todo o rio Negro é assim, mulheres trocam e testam continuamente novas variedades, pelo simples interesse pela diversidade.

Valor: *Acontece com outros?*

Manuela: Esta riqueza de variedades está sendo conservada, de graça, pelos povos tradicionais. Cada povo indígena tem plantas de seu interesse. Para os waiampi é o algodão. Os quilombolas do Vale do Ribeira têm grande número de variedades de milho. A diversidade é um valor em si.

Valor: *E o caso do guaraná?*

Manuela: Este é um exemplo extraordinário. O guaraná foi domesticado pelos satere mawe, povo de língua tupi que mora perto da cidade de Maués, no Amazonas, onde estão a Embrapa e a Ambev. A Embrapa faz clones e a Ambev os usa no seu guaraná. O critério do que é melhor entre as variedades, nesse sistema, é a produtividade. Mas os satere mawe, ao contrário, mantêm o máximo da diversidade. Sempre vão buscar novas sementes na floresta para plantar nas roças. Isso significa que estão sempre renovando e têm o maior acervo de diversidade de guaraná. É a agricultura que adota o critério da produtividade. É preciso entender de onde vem isso.

Valor: *De onde?*

Manuela: É o resultado da Revolução Verde, que surge depois da Segunda Guerra Mundial quando o problema era a população que aumentava e era preciso alimentá-la. Mas, veja, o Nobel de Economia Amartya Sen já mostrou que as grandes fomes não têm a ver com falta de alimento, mas com falta de acesso ao alimento. O drama irlandês foi este também: os ingleses tinham batata e exportaram para terceiros, e não para os irlandeses.

Valor: *O risco é grande ao se perder diversidade.*

Manuela: Norman Borlaug, que fez a Revolução Verde, percebeu a ameaça de se perder variedades, e portanto, defesas. Foi ele quem começou os bancos de germoplasma. É a ideia da Arca de Noé, de salvar a diversidade. Mas o mundo vai em outra direção.

Valor: *É esta a riqueza brasileira a que a senhora se refere.*

Manuela: O Brasil tem a biodiversidade das florestas, que é um seguro para o mundo inteiro. A gente não conhece nem 15% do que tem na Amazônia. São animais, plantas e processos extraordinários. Hoje em dia, uma das fontes de inovação vem da biomimética, de tentar entender como as plantas inventaram defesas. Isso está sendo destruído na Amazônia, é uma estupidez. Está se prejudicando o futuro da humanidade.

Valor: *Os índios conservam isso.*

Manuela: Sim. O Brasil não conhece o Brasil, como se diz. E as políticas públicas não se debruçam sobre estas pessoas, que vivem de modo diferente. Não se trata apenas de povos indígenas, trata-se dos ribeirinhos, dos quilombolas, das populações tradicionais que não estão nas cidades. E que há muito conhecimento e de importância enorme, mas que é tratado como sendo menor.

Valor: *Nessa crise existe a oportunidade de a sociedade brasileira se aproximar da Amazônia?*

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Mudança de regra atinge a geração distribuída

As mudanças nas regras de geração distribuída - categoria na qual o consumidor gera sua própria energia, localmente ou de forma remota - a partir de 2020 podem inviabilizar investimentos em novos empreendimentos em grande parte do país, de acordo com um estudo feito pela Clean Energy Latin America (Cela) com a Bright Strategies. O negócio, atualmente, têm incentivo que o tornam atrativo ao investidor.

Desde que as regras atuais entraram em vigor, em 2016, o crescimento dos projetos de geração distribuída tem sido exponencial. Até o início de setembro, havia 1,3 gigawatts (GW) de potência sendo gerada na categoria, alta de 84,9% em relação ao total no fim de 2018. Ano passado, quando os investimentos no setor somaram R\$ 2 bilhões, o crescimento foi de 157,5%. Neste ano, a expectativa é de que os investimentos sejam pelo menos o dobro, enquanto as empresas correm para fechar contratos dentro das regras atuais.

No cenário considerado mais provável pela análise, a geração distribuída de forma remota chega a ficar inviável para consumidores comerciais de três das 28 distribuidoras de energia analisadas. Para consumidores residenciais, a tendência é ainda pior. Projetos de locação na modalidade geração compartilhada ficariam viáveis em apenas cinco das 28 concessões.

A geração distribuída é assim chamada por ser a geração de energia pelos próprios consumidores, que pode acontecer de forma remota (como com a construção de uma central de geração hidrelétrica dentro da mesma área de concessão) ou diretamente no seu estabelecimento (com a instalação de painéis solares no telhado de uma residência, por exemplo).

A energia gerada e não consumida imediatamente é injetada na rede, se transformando em um desconto para o consumidor. Atualmente, cada quilowatt-hora (KWh) gerado é compensado com outro KWh, mesmo nos casos de geração remota.

A tarifa de energia é composta por duas partes: o custo da energia e o uso da rede (de transmissão e distribuição). A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propôs uma nova modernização nas regras desse tipo de geração para que a compensação da energia gerada não incida sobre o custo do uso da rede, uma vez que, mesmo com a instalação da sua própria forma de gerar, o consumidor continue utilizando a estrutura. No caso de geração remota, o uso da rede é ainda mais evidente, já que a energia será gerada em outra localidade.

Por exemplo, quando o Itaú Unibanco contrata energia de geração distribuída remota para suas agências, ele é compensado tanto na tarifa de energia quanto no custo da transmissão e/ou distribuição. Quem paga essa compensação é o restante do sistema, ou seja, o consumidor comum.

As mudanças propostas são complexas e graduais, na tentativa do regulador de minimizar os impactos negativos para os consumidores (que podem chegar ao custo de R\$ 68 bilhões no longo prazo, apontam estimativas da agência) sem inviabilizar o avanço desse tipo de geração. Como projetos de geração remota dependem mais da rede do que aqueles consumidores com geração local, a Aneel propôs regras diferentes para as duas categorias. Os efeitos a serem sentidos também variam dependendo do perfil de consumidor, se é residencial ou comercial, por exemplo.

No caso de geração junto da carga (como em telhados solares), a Aneel sinalizou, em um documento que serve para balizar a audiência pública sobre o tema, que as regras atuais ficarão vigentes até que o volume instalado atinja 3,36 gigawatts (GW) de potência. A partir desse “gatilho”, a energia gerada e não consumida será compensada integralmente em relação à tarifa, mas na parcela de uso do fio, a compensação será reduzida, não incluindo a componente que agrupa remuneração dos ativos da rede.

Para a geração remota, a Aneel sinalizou que serão feitas duas mudanças. Inicialmente, quando a geração instalada atingir 1,25 GW, será acionado o primeiro gatilho, na qual a compensação na tarifa do fio também perderá a componente que remunera os ativos da rede. Quando a potência total de geração distribuída remota atingir 2,13 GW, será atingido um segundo gatilho: a compensação sobre a tarifa fio se dará apenas sobre a parcela que remunera as perdas de energia.

As regras devem ficar ainda mais complexas se, como previsto, houver a “regionalização” dos gatilhos. Isso significa que as mudanças acontecerão de

forma separada em cada área de concessão de energia do país. A Cela estima, por exemplo, que as distribuidoras Cemig, Energisa Minas Gerais e Enel Ceará atingirão o primeiro gatilho para geração remota já em 2020, devido à grande penetração desse tipo de projeto nessas regiões.

Para geração local, a primeira concessionária a atingir o gatilho das mudanças será a Energisa Mato Grosso, em 2020. Em 2021, será a vez de Cemig, Energisa Minas Gerais e RGE (concessão da CPFL Energia no Rio Grande do Sul).

A análise da Cela utilizou um software desenvolvido pela companhia, o Re.value, que serve para avaliar a viabilidade econômico-financeira de projetos de geração distribuída. A projeção considerou a queda do custo dos equipamentos de geração solar fotovoltaica, seguindo dados compilados pela Bloomberg, e também a evolução de tarifa das distribuidoras com aumento pela inflação. Se o valor presente líquido (VPL) dos projetos for positivo, ele é considerado viável, uma vez que não chega a dar prejuízo ao investidor.

O pior cenário é nos projetos de geração remota. “Vai inviabilizar a GD em diversas áreas de concessão”, disse Camila Ramos, diretora e fundadora da Cela.

Esse é justamente o segmento que mais tem crescido, ancorado nos esforços das empresas de reduzirem custo com energia elétrica. O McDonald’s, por exemplo, fechou recentemente um acordo com a AES Tietê, que vai construir fazendas solares remotas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que vão gerar créditos para reduzir a conta de luz de 39 lojas. Outro destaque no segmento é o Banco do Brasil, que fez uma concorrência em 2018 para investir em geração distribuída. A EDP Brasil, que venceu a licitação, está construindo usina de 5 MW no norte de Minas Gerais, energia suficiente para atender 58 agências.

Os projetos remotos também atendem consumidores residenciais que não têm recursos próprios para investir ou sem espaço para instalação de geração. Nesse caso, a geração é chamada de “compartilhada”.

A maior parte dos empreendimentos remotos são alugados dos geradores por um período de contratação. Nesses projetos, a análise assumiu que o consumidor terá um desconto de 10% na tarifa, e o impacto da rentabilidade ficou todo com o proprietário do ativo de geração.

Nesse cenário de aluguel na modalidade de consumo remoto, a geração distribuída ficaria inviabilizada em três das 28 áreas de concessão analisadas

para consumidores comerciais. Para residenciais na modalidade de geração comercial, os projetos só seriam viáveis em cinco concessões.

O estudo conclui que, no total, a geração compartilhada ficaria inviável para os consumidores em 82% das concessões analisadas, enquanto o consumo remoto ficaria inviável em 16% delas.

Segundo Camila, o efeito é particularmente negativo para a indústria solar fotovoltaica do país, uma vez que esta é a modalidade de geração mais comum nos projetos de geração distribuída. Para se ter uma ideia, 88,8% da potência total instalada no país em geração distribuída (1,15 GW) é dessa fonte.

“A importância desse estudo é trazer mais consciência para o setor sobre os reais impactos da mudança proposta. A revisão que a Aneel propõe vai impactar o setor num alcance maior que a agência tem demonstrado”, disse Bárbara Rubim, sócia da Bright Strategias e vice-presidente de geração distribuída do conselho de administração da Associação Brasileira de Geração Solar Fotovoltaica (Absolar).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Petrobras ajusta regras para venda de refinarias

Estatal abriu oficialmente, na sexta-feira, processo de venda de quatro das cinco menores unidades: Regap (MG), Reman (AM), Lubnor (CE) e Unidade de Industrialização do Xisto (PR)

A Petrobras ajustou as regras do processo de desinvestimentos de suas refinarias, para ampliar o número de potenciais compradores para suas unidades de menor porte. A companhia abriu oficialmente, na sexta-feira, a venda de quatro de suas cinco menores unidades: a Regap (Betim/MG), Reman (Manaus/AM), Lubnor (Fortaleza) e a Unidade de Industrialização do Xisto (São Mateus do Sul/PR).

Essas unidades fabris fazem parte do segundo pacote de ativos de refino colocados à venda pela companhia. Em junho, a empresa já havia lançado no mercado um primeiro ciclo de desinvestimentos no setor, com as unidades mais atrativas - a Rnest (Ipojuca/PE), a Refap (Canoas/RS), a Repar (Araucária/PR) e a Rlam (São Francisco do Conde/BA).

Na ocasião, a estatal definiu, como critério, que só poderiam participar das negociações empresas do setor de óleo e gás com receita anual mínima de US\$ 3 bilhões ou investidores com pelo menos US\$ 1 bilhão em ativos sob gestão ou controle. O mesmo critério foi mantido para a venda da Regap, mas as exigências foram reduzidas para os ativos de menor porte.

Para o processo de vendas da Reman e Lubnor, poderão participar das negociações companhias do setor de óleo e gás com receitas mínimas de US\$ 100 milhões ao ano e investidores com ao menos US\$ 100 milhões em ativos sob sua gestão ou controle. Já para a SIX, será permitida participação de empresas com receita anual mínima de US\$ 20 milhões.

A Reman, a Lubnor e a SIX são os três menores ativos do parque de refino da Petrobras. Em 2018, por exemplo, a refinaria amazonense e a planta cearense responderam por menos de 4% do petróleo processado no mercado brasileiro. Ao todo, a companhia opera 13 unidades, mas se comprometeu, junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a vender oito de suas unidades. O plano de desinvestimentos das refinarias responde por metade da capacidade instalada da petroleira.

A intenção é concentrar sua atuação no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. A empresa manterá a Replan (Paulínia/SP), a maior refinaria do mercado brasileiro, a Revap (São José dos Campos/SP), RPBC (Cubatão/SP), Recap (Capuava/SP) e a Reduc (Duque de Caxias/RJ).

Os potenciais candidatos à compra das unidades do segundo ciclo de desinvestimentos do refino (Regap, Reman, Lubnor e SIX) terão até 8 de novembro para notificar formalmente a Petrobras sobre o interesse em avançar com o negócio. Para as quatro primeiras unidades colocadas à venda (Rnest, Refap, Repar e Rlam), os candidatos têm até hoje para notificar a estatal sobre o interesse, e até o próximo dia 27 para assinar o acordo de confidencialidade necessário para participar do processo.

Segundo uma fonte, mais de 20 empresas manifestaram interesse pelas quatro primeiras refinarias colocadas à venda pela estatal. Entre as empresas que assinaram termos de confidencialidade que garantem o acesso aos dados das refinarias, estão desde as grandes petroleiras globais a tradings e distribuidoras de combustíveis. PetroChina, Glencore, Vitol, Ultrapar e Raízen são alguns dos nomes que monitoram o plano de desinvestimentos em refino da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/09/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Refinarias da Petrobras

A Petrobras fez ajustes nas regras do processo de venda de suas refinarias para ampliar o número de potenciais compradores para as unidades menores. A estatal abriu oficialmente, na sexta-feira, a venda de quatro de suas cinco refinarias de menor porte: Regap, em Minas, Reman, em Manaus, Lubnor, em Fortaleza, e a Unidade de Industrialização do Xisto, no Paraná. Essas unidades fabris fazem parte do segundo pacote de ativos de refino colocados à venda pela companhia. Em junho, foi lançado no mercado um primeiro ciclo, com os ativos mais atrativos - Rnest, em Pernambuco), Refap, no Rio Grande do Sul, Repar, no Paraná e Rlam, na Bahia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/09/2019****Seção: Mundo****Autor:****Título: Ataque na Arábia Saudita pressiona preço do petróleo**

A Aramco, petroleira estatal da Arábia Saudita espera restaurar ainda hoje cerca de um terço da produção de petróleo interrompida no ataque do fim de semana, disseram autoridades sauditas. Mas o país deverá ficar com capacidade de produção reduzida por semanas. Os preços do petróleo já abriram em alta hoje na Ásia.

Os danos causados pelos ataques de sábado ameaçam enviar ondas de choque nos mercados de energia e prejudicar a posição de longa data do país como o maior e mais confiável fornecedor do mundo. Autoridades sauditas manifestaram esperança de que a produção total possa ser retomada rapidamente, mas analistas acham isso pouco provável.

O ataque cortou 5,7 milhões de barris de produção diária saudita, cerca de 5% da oferta global. Autoridades disseram que podem substituí-la totalmente nos próximos dias. Isso exigiria usar os estoques de petróleo e outras instalações de processamento. Um dos principais alvos do ataque foi a grande planta de processamento em Abqaiq.

"Devemos conseguir ter 2 milhões de barris por dia de volta... amanhã [hoje]", disse uma pessoa familiarizada com o assunto.

A Aramco acredita que suas instalações foram atingidas por mísseis, disseram fontes, e não por drones. Uma avaliação do governo dos EUA indica que até 15 estruturas em Abqaiq sofreram danos.

O CEO da Aramco, Amin Nasser, disse ontem que há um esforço para restaurar a produção. A empresa deve divulgar amanhã uma atualização de progresso. Levará semanas para retornar à capacidade total de produção nas instalações danificadas, segundo pessoas familiarizadas com as estimativas de danos na Arábia Saudita.

Essa avaliação foi feita por executivos da Aramco e autoridades sauditas, que vistoriaram os danos em Abqaiq e Hijra Khurais, um dos maiores campos de petróleo da Arábia Saudita.

Os rebeldes huthis, do Iêmen, alinhados ao Irã, assumiram a responsabilidade. Os EUA, porém, culpam o Irã, o que Teerã nega.

"É definitivamente pior do que esperávamos nas primeiras horas após o ataque, mas estamos nos certificando de que o mercado não sofra escassez até estarmos totalmente de volta", disse uma autoridade saudita.

A Arábia Saudita é há décadas o produtor com o qual o mercado conta em momentos de crise de petróleo. Mas o ataque ao centro de seu complexo petrolífero está testando o papel do país, o que poderá provocar um aumento nos preços globais dos combustíveis.

A Agência Internacional de Energia (AIE), que representa os maiores países consumidores, disse estar em contato com autoridades sauditas e os principais países produtores e consumidores. "Por enquanto, os mercados estão bem abastecidos com amplos estoques comerciais", disse a entidade.

Os principais países ocidentais disseram ontem que estão prontos para liberar estoques de emergência, se necessário, e as autoridades sauditas discutiram o uso de seu próprio estoque extra para atender às necessidades de suprimento de curto prazo, segundo fontes.

Os EUA estão relativamente protegidos de qualquer possível choque de fornecimento, devido à sua própria produção. No curto prazo, muitos analistas esperam que os maiores efeitos sejam sentidos na Ásia, já que China, Japão, Índia, Coreia do Sul e Taiwan comprem cerca de quatro milhões de barris por dia de petróleo da Arábia Saudita.

Os mercados não sofrem um choque dessa escala desde que o Iraque invadiu o Kuwait, em 1990. Esse conflito, que levou a uma intervenção militar internacional, levou à perda de quatro milhões de barris/dia. Os países da AIE recorreram pela última vez à liberação emergencial de reservas estratégicas quando guerra civil da Líbia, em 2011, cortou 1,7 milhão de barris/dia de produção.

Os EUA são hoje o maior produtor mundial de petróleo e estão entre os principais exportadores de petróleo e gás. Pela primeira vez em décadas, o país estaria em posição de ajudar a estabilizar o mercado de petróleo, em caso de interrupção prolongada - uma reviravolta notável em relação aos anos 1990 e 2000, quando o país dependia muito do petróleo estrangeiro.

Apesar de os EUA ainda importam volume significativo, inclusive da Arábia Saudita, o presidente Donald Trump pode autorizar a liberação emergencial da reserva estratégica de petróleo americana, o que pode ajudar a mitigar a alta de preços, disseram analistas. A reserva dos EUA possui mais de 600 milhões de barris de petróleo.

Os EUA têm ainda capacidade de elevar sua produção interna. Um aumento significativo nos preços seria benéfico aos produtores de xisto, que estão sob forte pressão dos investidores para reduzir gastos e se concentrar nos lucros.

Mas uma interrupção contínua de vários milhões de barris/dia na Arábia Saudita abalaria os mercados, devido à falta de outros produtores grandes o bastante para cobrir o déficit no longo prazo.

Mesmo que as autoridades sauditas consigam restaurar a totalidade ou a maior parte da produção perdida, o ataque demonstra uma nova vulnerabilidade nas linhas de fornecimento na região do Golfo Pérsico, rica em petróleo.

Navios petroleiros estão pagando prêmios de seguro muito maiores, e o custo do frete disparou na região após uma série de ataques marítimos a navios com petróleo, que os EUA atribuíram ao Irã.

A Arábia Saudita tem sido alvo de ataques dos rebeldes huthis, mas o país até agora havia evitado um ataque que afetasse uma parte tão grande de sua produção.

O campo de Hijra Khurais produz cerca de 1,5 milhão de barris por dia, e a Abqaiq, maior instalação de estabilização de petróleo do mundo, processa 7 milhões de barris/dia de petróleo saudita, transformando-o em padrões específicos, como o Arabian Extra Light.

"É o navio-mãe do sistema de energia saudita", disse Helima Croft, chefe global de estratégia de commodities da RBC Capital Markets, sobre o ataque à Abqaiq. "Este é provavelmente o pior ataque à infraestrutura que já houve no país."

O campo de Ghawar, o maior do mundo, e o de Shaybah, que produz um milhão de barris por dia, também relataram interrupções devido aos problemas da Abqaiq, disseram fontes a par do assunto.

Nos últimos meses houve vários ataques dos huthis e de grupos apoiados pelo Irã no Iraque, que atingiram aeroportos sauditas, uma usina de dessalinização e infraestrutura de petróleo. Desde que os huthis assumiram o controle da capital do Iêmen, Sana, em 2014, o país está em guerra civil e uma coalizão saudita luta para restabelecer um governo apoiado por potências regionais.

As tensões entre o Irã e os EUA e seus aliados, incluindo a Arábia Saudita, ajudaram a elevar o preço do petróleo Brent, a referência mundial, que subiu 12%, para US\$ 60 por barril, neste ano. O petróleo ainda está bem abaixo dos preços máximos de abril, devido à preocupação de que a redução da demanda resulte em um excesso de oferta. O petróleo dos EUA está cotado em cerca de US\$ 55 por barril.

Em tempos normais, o país teria atuado para aliviar os mercados globais, abalados por preocupações geopolíticas. Mas o ataque deste fim de semana ocorre quando os estoques de petróleo sauditas estão historicamente baixos. O país pode acionar sua reserva de capacidade não utilizada - poços ociosos cuja produção normalmente pode ser logo retomada.

Alguns analistas estão otimistas de que os mercados de energia acabarão se estabilizando. Um motivo: os estoques nos países ricos subiram neste ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/09/2019

Seção: Internacional

Autor: AFP, AP e NYT

Título: Tensão entre Irã e Arábia Saudita eleva preço do petróleo após ataques de drones

Disparada. Valores do barril aumentaram 18% por causa de temor de diminuição na oferta de petróleo provocada pela interrupção de 50% da produção saudita; Teerã nega qualquer envolvimento com os atentados de sábado, assumidos pelos rebeldes houthis do Iêmen

DUBAI

Os preços do petróleo subiram 18% nos mercados globais ontem depois que uma onda de ataques com drones no fim de semana limitou à metade a produção de petróleo da Arábia Saudita. Os sauditas e os Estados Unidos acusam o Irã pelos ataques, mas os iranianos negam. O atentado, feito com 10 drones e assumido pelos rebeldes houthis do Iêmen, patrocinados pela teocracia iraniana, ameaçam aumentar a tensão no Oriente Médio.

O ataque de sábado à fábrica de Abqaiq, na Arábia Saudita, e ao seu campo de petróleo de Khurais levou à interrupção da produção de cerca de 5,7 milhões de barris diários de petróleo, equivalente a quase 6% do suprimento diário do mundo. O campo responde por 50% da produção saudita, que por sua vez é responsável por 10% da produção mundial de petróleo. O mundo consome quase 100 milhões de barris por dia.

“Uma interrupção no fornecimento nessa escala é um evento extraordinário. Nenhuma interrupção desse tipo ocorreu em décadas”, disse Pavel Molchanov, analista de petróleo da Raymond James, ao jornal Washington Post. “A boa notícia é que há petróleo mais do que suficiente em estoque para evitar a escassez de combustível. Não haverá filas nos postos de gasolina como na década de 1970.”

Com os gigantes do petróleo Venezuela e Irã na maior parte ausentes dos mercados mundiais por causa de sanções americanas, uma interrupção prolongada do fornecimento saudita pode forçar economias industriais como os EUA a explorar reservas de emergência. Existe 1,5 bilhão de barris disponíveis em reservas.

Atualmente, a Reserva Estratégica de Petróleo dos EUA possui 645 milhões de barris, o equivalente a cerca de um mês do consumo de petróleo dos EUA. Em uma mensagem postada em sua conta no Twitter, Donald Trump autorizou a liberação de barris da Reserva Estratégica de Petróleo em uma quantidade a ser determinada. Ainda não está claro como o rei Salman e seu filho, o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, responderão ao ataque. Em outra mensagem no Twitter, Trump declarou que os EUA estão “armados e preparados” para agir contra os responsáveis pelo ataque.

David e Golias. Os ataques ao estilo de David e Golias usando drones baratos adicionaram um novo tipo de volatilidade ao Oriente Médio, afirmam analistas. “Tais ataques não apenas danificam a infraestrutura econômica vital, mas aumentam os custos de segurança e espalham o medo, a um custo notavelmente menor”, disse à AP Wim Zwijnenburg, pesquisador sênior de drones da PAX, uma organização de paz holandesa.

“Os drones usados no ataque de sábado podem custar US\$ 15 mil ou menos, e os houthis têm dezenas deles.” O pesquisador disse que os drones deram aos houthis uma vantagem porque são baratos de construir, difíceis de detectar e abater e capazes de causar danos desproporcionais aos seus custos. Embora as capacidades exatas dos houthis não sejam conhecidas, elas se desenvolveram claramente ao longo do tempo com apoio iraniano.

A aliança dos houthis com o Irã também levanta a possibilidade de que seu sucesso possa ser compartilhado com outros grupos militantes alinhados ao Irã em outras partes da região. “Essas são lições que podem ser compartilhadas com outros grupos xiitas no Iraque, na Síria e no Líbano”, disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/09/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Ataque ameaça ainda mais o já instável mercado do petróleo

Rapidez para retomar produção e chances de confronto militar são as questões cruciais para o reino saudita

The Economist

As artérias por onde passa o petróleo da Arábia Saudita, maior exportadora do mundo do produto, que vai para os consumidores em todo o planeta, sempre foram um alvo tentador. Com um rompimento dos enormes oleodutos do país, estações de bombeamento, os tanques de armazenamento e as grandes refinarias – não é o país apenas que sofre uma sangria, mas a economia global. Outros já tentaram, mas não conseguiram. Em 2006 militantes da Al-Qaeda planejaram um ataque contra uma instalação de processamento de petróleo saudita a leste do país. Foram reprimidos pelos guardas. Agora os Houthis, grupo rebelde xiita do norte do Iêmen que é apoiado pelo Irã aparentemente conseguiu desfechar um golpe humilhante contra os sauditas e seus aliados ocidentais.

Em 14 de setembro drones e mísseis lançados pelo grupo atingiram a planta de Abqaiq e o campos de petróleo de Khurais, provocando enormes incêndios. A empresa estatal Saudi Aramco suspendeu 60% da produção de petróleo do país e 6% da produção mundial. Alguns analistas acreditam que os preços do petróleo devem disparar se a produção não for restaurada em breve. A Aramco prometeu fornecer uma atualização da extensão dos danos em cerca de 48 horas, mas uma fonte informou à Reuters que os reparos levarão “semanas, não dias”.

Os atentados podem inflamar ainda mais as tensas relações no Golfo Pérsico e entre Irã e Estados Unidos. A Arábia Saudita vincula o ataque ao seu arqui-inimigo Irã, que fornece dinheiro e armas para os houthis e outras milícias regionais. Além disto, os ataques ocorrem em um momento delicado para os mercados de petróleo em geral e para a Aramco em particular, que vem se preparando para registrar em bolsa parte das suas ações no que deverá ser a maior oferta pública inicial jamais vista até hoje. Antecipando esse registro, a Arábia Saudita está ansiosa para mostrar que consegue manter o preço do petróleo e que pode produzir os barris de modo eficaz apesar das crescentes ameaças à segurança. Os recentes eventos revelam os limites da sua capacidade nos dois casos.

O preço do petróleo foi particularmente volátil no ano passado. Saltou e despencou alternadamente à medida que as sanções que atingiram o petróleo venezuelano e iraniano alimentaram temores de que a demanda poderia extrapolar a oferta, e com o nervosismo com a desaceleração do crescimento econômico também aumentando a inquietação com uma demanda em queda. A Arábia Saudita tem liderado os esforços para estabilizar os preços. Em dezembro a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e outros aliados, incluindo a Rússia, anunciaram um corte de 1,2 milhão de barris por dia.

A Arábia Saudita regularmente reduz a produção mais do que promete, num esforço para respaldar o preço do petróleo, quando outros membros da OPEP, como o Iraque e a Nigéria, se recusam a diminuir a produção. Tais esforços sem dúvida têm impedido um mergulho dos preços. Mesmo assim o preço do Brent em 13 de setembro, antes dos ataques deste fim de semana, estava em US\$ 60, quase 20% abaixo do preço cotado em abril. Para os mercados de petróleo as dúvidas agora são sobre a capacidade de a Arábia Saudita conseguir retomar rapidamente a produção, e se os ataques podem desencadear um confronto militar mais amplo. Os riscos de um embate estão aumentando.

Há meses autoridades no Golfo vêm alertando que a Arábia Saudita acabaria atacando, em retaliação, o Irã, pelos constantes ataques de drones e mísseis do Irã. Até agora o país tem se contentado com a pressão exercida por Trump contra o Irã. Mas se a Arábia Saudita achar que não pode confiar em Trump no sentido de garantir sua segurança, então Mohammed bin Salman, o impetuoso e temerário príncipe herdeiro da coroa saudita, poderá se sentir compelido a agir por sua própria conta e risco./TRADUÇÃO DE TEREZINHA MARTINO

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 16/09/2019****Seção: Mercado****Autor: Arthur Cagliari****Título: Justiça anula 96% dos pedidos de mineração em terra indígena no AM**

Foram cancelados 1.072 requerimentos de pesquisa e lavra; outros 41 processos estão em análise

São Paulo - A Justiça Federal atendeu a um pedido de liminar do Ministério Público Federal do Amazonas e cancelou 1.072 requerimentos (equivalente a 96% do total) relativos a pesquisa ou concessão para mineração em terras indígenas no estado. Ainda há 41 processos a serem analisados.

Os pedidos cancelados pela Justiça estavam suspensos e encontravam-se em condição semelhante a uma lista de espera —aguardando uma lei que regulamentasse a mineração em terras indígenas.

O artigo 231 da Constituição Federal prevê pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas, mas para isso determina que sejam feitas regulamentações pelo Congresso Nacional, após ouvir as comunidades afetadas.

Como não há regulamentação sobre o tema, em vez de indeferir e cancelar os pedidos, a ANM (Agência Nacional de Mineração), antigo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão responsável para autorizar atividade mineral no Brasil), apenas os suspendeu, com a justificativa de estar esperando a criação de uma lei.

Ao não cancelar e manter em suspenso esses pedidos, a agência permite que se crie um direito de preferência sobre as áreas requeridas, explica o procurador da República José Gladston Correia.

“Se uma empresa hoje quer minerar em uma determinada região [que não seja em reserva indígena], ela vai à Agência Nacional de Mineração, faz o pedido de pesquisa ou de lavra e, então, tem aprioridade sobre aquela área. Essas empresas estavam adotando essa prática em relação às terras indígenas e obtendo esse tipo de priorização, e isso não é lícito”, diz Correia.

“Porque se hoje não há ordenamento jurídico para a permissão a qualquer mineração em terra indígena, não há sentido em dar prioridade a quem faz o requerimento, que claramente deveria ser indeferido.”

Segundo dados levantados por estudo do WWF-Brasil, em fevereiro de 2018 havia no país 3.114 requerimentos de títulos minerários suspensos e incidentes

sobre terras indígenas na Amazônia Legal, apenas na espera da criação de um marco regulatório.

A região, que abrange os nove estados do Norte e o Maranhão, tem 1,1 milhão de quilômetros quadrados em terras indígenas homologadas, o equivalente a 22% de sua área total. No período do estudo do WWF, havia 138 requerentes de mineração no território de posse dos índios, dos quais 64% eram empresas e 36% eram pessoas físicas.

O estudo aponta a Terra Indígena Yanomami, na fronteira com a Venezuela, como a área mais ameaçada. Basta ver a lista de minérios cobizados neste território: ouro, diamante, tungstênio, estanho, nióbio, manganês, cobre, chumbo, tântalo, platina, cério, cassiterita, columbita, ilmenita, berílio, lítio, minério de estanho, prata, tantalita, esteatito e wolframita.

“Quase cem pedidos alcançam uma área de 11 mil quilômetros quadrados, pouco mais de 10% do território homologado em 1992 e onde já foi detectada a presença de garimpo ilegal”, diz o WWF.

Essa área, no entanto, corta dois estados, Roraima e Amazonas. Se analisado apenas o território deste último, a terra indígena mais afetada é o Alto Rio Negro.

Apesar da anulação dos requerimentos no Amazonas, a ANM ainda permite a sobreposição de pedidos de pesquisa e mineração em terras indígenas nos outros estados da Amazônia Legal.

Na avaliação do especialista em políticas públicas do WWF, Jaime Gesisky, o fato de a ANM permitir essa sobreposição de bases de dados não significa necessariamente uma ação deliberada da agência.

“Às vezes o título minerário foi pedido antes de a área ter sido homologada ou mesmo por problemas nas bases de dados. Também há problemas no georreferenciamento. Não há uma conspiração aí, mas problemas na base de dados.”

Um projeto de lei, apresentado em 1996 pelo ex-senador Romero Jucá (MDB-RR), estabelecia que todos esses requerimentos seriam considerados prioritários em caso de liberação da mineração em terras indígenas.

O projeto foi relatado na Comissão de Minas e Energia pelo então deputado Elton Rohnelt (PSDB), fundador de empresas que possuem requerimentos na região e ex-assessor do ex-presidente Michel Temer (MDB). Em 2019, foram apresentados requerimentos para criação de comissão especial para analisar o tema.

Procurada, a ANM não respondeu aos questionamentos da reportagem porque a única pessoa responsável pela comunicação do órgão estava afastada.

Sob condição de anonimato, pessoas que trabalham no setor disseram que a situação da agência é precária. Para elas, a ANM foi criada sem recursos, tem poucos funcionários e incapacidade técnica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Mapa

Painel S.A

A norueguesa de energia Equinor transferiu sua base de apoio logístico para o Porto do Açu, no norte do Rio de Janeiro. A escolha do local, diz a companhia, deve reduzir 9.000 toneladas nas emissões de CO2 porque fica mais perto do campo Peregrino e do bloco BM-C-33, no pré-sal da Bacia de Campos.

Fumaça

Na fase 2 do projeto de Peregrino, em 2020, os geradores de energia a diesel serão substituídos por geradores a gás, segundo a Equinor.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O pré-sal pode ganhar com os ataques à Arábia Saudita

A produção de petróleo da Arábia Saudita foi cortada pela metade, ontem, depois que rebeldes iemenitas houthis usaram drones para atacar instalações da estatal Aramco. Para Décio Oddone, diretor-geral da ANP, os ataques terão reflexo internacional: “Aumenta a percepção de risco e naturalmente sobe o interesse pelo pré-sal e os próximos leilões por aqui. E ainda pode crescer a busca da Aramco por diversificação, comprando, quem sabe, refinarias no Brasil”. É uma das vantagens de o Brasil ser um país pacífico— pelo menos até antes de Bolsonaro.

Segue...

Só ontem, o barril de petróleo subiu de US\$ 60 para US\$ 70. Segundo o consultor Adriano Pires, esse será um grande teste para a Petrobras: senão reajustar o preço e acompanhar o movimento internacional, certamente terá dificuldade em vender as próximas refinarias. — O grande beneficiado com o aumento do preço do barril será o Rio, com uma grande elevação na arrecadação dos royalties.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/09/2019

Seção: Mundo

Autor: RIAD, DUBAI, LONDRES E WASHINGTON

Título: Petróleo dispara após ataques na Arábia Saudita

TENSÃO NO ORIENTE MÉDIO

Preço do petróleo dispara após ataque à produção saudita

Os ataques a duas das principais instalações de produção e processamento de petróleo da Arábia Saudita no sábado causaram uma disparada nos preços do produto no mercado internacional, enquanto o país e seus aliados, em especial os EUA, buscam identificar a origem dos supostos drones que atingiram os locais.

Embora os ataques tenham sido reivindicados por rebeldes houthis, que lutam contra forças apoiadas pelos sauditas no vizinho Iêmen, Riad e Washington acusam o Irã de estar por trás da ação, o que o país persa nega.

Analistas esperam que os preços do petróleo sofram pressão de alta de dois lados como consequência dos ataques. Primeiro o do abastecimento global, já que foram danificadas instalações responsáveis por 5,7 milhões de barris diários, mais da metade da capacidade da Arábia Saudita, maior exportadora de petróleo do planeta, e mais de 5% do suprimento mundial.

Apesar de a estatal Saudi Aramco ter reservas suficientes para suprir o volume perdido e correr para restabelecer a capacidade de produção —segundo o Wall Street Journal, a empresa espera pôr um terço de volta no mercado ainda hoje—, a expectativa é de que só isso provoque alta de US\$ 5 a US\$ 10 nos preços do barril, que têm oscilado entre cerca de US\$ 55 e US\$ 65 nos últimos meses.

A abertura dos mercados asiáticos hoje, ainda noite de ontem no Brasil, parece confirmar estes temores, com o barril do tipo Brent, referência internacional, chegando a disparar quase 20%, para mais de US\$ 70. Diante da disparada, o

presidente dos EUA, Donald Trump, abriu a possibilidade de liberar reservas estratégicas do país, contendo a alta.

Já o outro fator de pressão nos preços do petróleo, mais difícil de mensurar e reverter, é o medo. Isso porque os ataques evidenciaram a enorme vulnerabilidade da infraestrutura petrolífera da Arábia Saudita a armas de relativamente baixa tecnologia, e muito baratas.

Os relatos iniciais, reforçados pela reivindicação dos ataques pelos rebeldes houthis, dão conta de que as instalações sauditas nas regiões de Abqaiq e Khurais foram atingidas por drones que se infiltraram centenas de quilômetros país adentro a partir do Iêmen, cuja fronteira está a cerca de 900 km ao Sul dos locais, sem serem detectados.

DÚVIDAS SOBRE ORIGEM

A distância e a precisão dos ataques, no entanto, levantaram dúvidas quanto à sua origem. Depois de o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, acusar, ainda no sábado, o Irã de envolvimento na ação, classificando-a como um “ataque sem precedentes aos abastecimento global de energia”, ontem uma alta autoridade do governo americano afirmou à Reuters ter evidências de que as instalações foram atingidas em 19 pontos por sistemas de armas lançados do Oeste ou Noroeste dos locais, ou seja, da direção de Iraque e Irã.

Além disso, autoridades sauditas teriam encontrado sinais de que mísseis de cruzeiro foram usados nos ataques, com restos de alguns que não atingiram os alvos tendo sido encontrados ao Norte das instalações. Ambas informações contradizem a reivindicação dos rebeldes houthis de que usaram dez drones na ação a partir de seu território, ao Sul.

— Não há dúvida de que o Irã foi responsável por isso. Não há outro candidato — afirmou a alta autoridade americana, que pediu anonimato.

O governo do Irã, no entanto, rechaçou as acusações dos EUA. Abbas Mousavi, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano, classificou as palavras de Pompeo como “mentiras sem sentido” com o objetivo de “prejudicar a reputação” de seu país em preparação para “futuras ações contra” o Irã.

Mousavi também ironizou a política de “máxima pressão” imposta pelo governo Trump contra o Irã após abandonar unilateralmente o acordo nuclear de 2015, dizendo que ela “aparentemente se transformou em máxima mentira devido ao seu fracasso”

Assim, diante das incertezas e vulnerabilidade da infraestrutura saudita exposta pelos ataques, analistas esperam que o medo some ao menos outros US\$ 10

como prêmio de risco aos preços do barril de petróleo no curto e médio prazos, fazendo-os se aproximarem da marcados US\$ 100.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/09/2019

Seção: Mundo

Autor: Bruno Rosa

Título: No Brasil, leilões serão beneficiados, mas gasolina deve subir

> O ataque na Arábia Saudita, que já está pressionando a cotação do petróleo, vai afetar em cheio os principais países produtores. No caso do Brasil, o aumento no preço da commodity vai tornar mais atraentes os leilões do pré-sal, aumentar a arrecadação dos royalties e também encarecer o preço da gasolina e do diesel.

> A Agência Nacional do Petróleo (ANP) planeja ofertar ao mercado diversas áreas do pré-sal em dois leilões. Segundo Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a cobiça pelos campos na Bacia de Santos vai aumentar por parte das empresas:

> — O pré-sal está longe do Oriente Médio, tornando o investimento mais seguro para as empresas. Os leilões ainda serão beneficiados pelo aumento do preço do petróleo.

> O custo do barril, que pode chegar a US\$ 80 ainda nesta semana, segundo analistas, vai beneficiar o Rio por conta do aumento dos royalties. Isso deve aumentar a pressão sobre as discussões para alterar a lei de distribuição de royalties no país, o que pode por em risco o volume de recursos para o Rio. A ação deve ser julgada em novembro pelo Supremo Tribunal Federal.

> Para Pires, o aumento do petróleo pode elevar o preço da gasolina e do diesel no Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/09/2019

Seção: Mundo

Autor: GUGA CHACRA

Título: Houthis mostram vulnerabilidade da ditadura saudita

O ataque reivindicado pelos houthis contra instalações de petróleo da Arábia Saudita estão dentro do contexto da Guerra do Iêmen e demonstram a vulnerabilidade da ditadura saudita do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman.

Chega a ser espantoso que o regime saudita tenha sido incapaz de impedir um ataque dos houthis centenas de quilômetros dentro de seu território e com uma tecnologia relativamente barata. O maior exportador de petróleo do mundo, apesar de gastar dezenas de bilhões de dólares em armamentos, deveria ter desenvolvido um sistema de defesa mais avançado, similar ao de Israel. Se não conseguem resistir aos houthis, imaginem contra o Irã e suas Guardas Revolucionárias?

Este fiasco do sanguinário regime saudita na Guerra do Iêmen se iniciou em 2015, um ano após o movimento houthi derrubar do poder o governo de Abdu Mansour Hadi em Sanaa. Com força no Norte do Iêmen, os houthis seguem em sua maioria a vertente Zaidi do islamismo, que é derivada em parte dos xiitas. Correspondem a cerca de um terço da população do país.

O objetivo da ditadura saudita era reinstalar seu aliado Hadi no poder. Montaram uma coalizão com outros países, como os Emirados Árabes Unidos, além de mercenários sudaneses. Os EUA, ainda governados por Obama, venderam armamentos. Trump intensificou o apoio e vetou legislações aprovadas pelo Congresso dos EUA para proibir a venda de armamentos para a Arábia Saudita.

Ao longo da ofensiva, a coalizão do ditador Bin Salman, conhecido como MBS, bombardeou civis indiscriminadamente e matou milhares, segundo a ONG Human Rights Watch. Até funerais, casamentos, escolas e ônibus escolares foram alvo. O regime de Mohammedbin Salman também esgana o país ao impor um embargo na entrada de remédios e alimentos.

Apesar desta brutalidade, os sauditas fracassaram e os houthis, que também cometem atrocidades, seguem no poder. Para complicar, a al-Qaeda na Península Arábica e o Estado Islâmico, inimigos tanto dos sauditas quanto dos houthis, ganharam espaço.

Alguns argumentam que o sucesso dos houthis se deve ao apoio iraniano. Em parte, com certeza, mas não totalmente. Além disso, este suporte tampouco pode ser equiparado ao que Teerã dá ao Hezbollah no Líbano ou ao regime de Bashar al Assad na Síria.

O Hezbollah recebe treinamento e armamento dos iranianos. O Irã enviou formalmente militares para ajudar Assad na Guerra da Síria. Já os houthis emergiram de forma independente. A aliança com o Irã foi de oportunidade por ambos serem inimigos dos sauditas. Mas não há conotação religiosa, diferentemente do que ocorre com o Hezbollah. Neste sentido, tem mais proximidade com o apoio a Assad, onde interesses, e não a religião, têm mais

peso.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/09/2019

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Manguinhos tem dívidas de R\$ 3,4 bi

Mercado S/A

A Refinaria de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro, se tornou uma máquina de sonegar impostos. Em recuperação judicial desde o ano passado, a empresa tem dívidas tributárias de R\$ 3,4 bilhões. Para efeito de comparação, o valor é suficiente para manter o funcionamento do Supremo Tribunal Federal por cinco anos e equivale ao orçamento inteiro de um município como Belém (R\$ 3,8 bilhões), no Pará. As informações estão na nova petição da Procuradoria-Geral de São Paulo, que foi entregue ao ministro Dias Toffoli, presidente do STF. A PGR está atenta aos desdobramentos da publicação do parecer da procuradora-geral, Raquel Dodge, que reforça a importância do processo de cassação do maior sonegador do setor de combustíveis do Brasil. Para se ter uma ideia do tamanho do calote, apenas em julho de 2019 a refinaria não pagou R\$ 47 milhões em impostos. O processo de cassação da empresa tramita no Supremo e está sob responsabilidade do ministro Toffoli.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/09/2019

Seção: Economia

Autor: Anna Russi/Claudia Danni/Rosana Hessel

Título: Mercado aposta em novo corte na Selic

A partir de amanhã, os bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos se reúnem por dois dias para decidirem o novo valor da taxa básica de juros das respectivas economias. O mercado abre a semana com a expectativa de cortes parecidos na “superquarta”, por conta dessa coincidência de agenda. Contudo, há uma apreensão em relação ao impacto do ataque de drones na Arábia Saudita, neste fim de semana, que afetou a produção de petróleo de um dos maiores fornecedores globais.

No Brasil, as previsões são de que o Comitê de Política Monetária (Copom) vai

reduzir a Selic, de 6% para 5,5% ao ano para dar estímulo à economia. “Não tem como o BC não cortar a Selic em 0,5 ponto percentual. Essa redução já está dada porque a atividade ainda está fraca”, aposta o economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito. Ele descarta qualquer influência sobre a alta do preço do barril de petróleo na decisão da diretoria do BC em adiar o corte. “Há um risco inflacionário, mas a Petrobras pode ganhar com isso, fazendo a bolsa subir”, pontua.

Enquanto isso, nos EUA, o presidente Donald Trump está impaciente para que o Federal Reserve (Fed) acelere o ritmo da redução dos juros e já manifestou o desejo de que eles caiam de 2,25% a zero, como ocorre na Zona do Euro, ou fique negativo. Logo, a diretoria do BC vai acompanhar atentamente a reunião do Fomc, que deverá anunciar o resultado poucas horas antes do Copom.

Pablo Spyer, diretor da Mirae Asset, destaca que a curva de juros dos títulos da dívida norte-americana aponta 99,7% de probabilidade de um corte de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros dos EUA. “O Fed está de olho no Banco Central Europeu (BCE), que anunciou estímulos. Então, o cenário ainda é positivo, mas o investidor aproveita para realizar, antes do fim de semana, com poucas notícias por aqui e expectativa pelas decisões de juros do Fed e do nosso BC nos próximos dias”, explica. Para ele, o tema mais importante do mercado brasileiro, para a confiança do investidor, continua sendo o andamento da reforma da Previdência no Senado. Perfeito, da Necton, reforça que o aumento das dúvidas sobre qual reforma tributária o governo vai adotar após a saída do secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, pode deixar o mercado mais instável.

As duas principais variáveis para os diretores do Banco Central aumentarem ou reduzirem os juros básicos são: inflação e crescimento econômico. Como o ritmo de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano é mais lento do que o de 2018 e a inflação está controlada abaixo da meta, de 4,25% ao ano, analistas apostam em novas reduções da Selic como forma de estimular o crédito e o consumo para dar um impulso na atividade. A mediana das estimativas do mercado para o PIB deste ano está em 0,87%, dado inferior à alta de 1,1% registrada em 2018 e em 2017. E, para piorar, as estimativas de 2020 estão em queda, indicando que o PIB não conseguirá crescer mais do que 2%.

Pelas estimativas do Itaú Unibanco, a economia deve continuar fraca nos próximos meses. A projeção de expansão do PIB brasileiro neste ano é de 0,8%, passando para 1,7%, no ano que vem. Esse resultado, segundo o relatório da instituição, também dependerá do desempenho do mercado externo. O banco aposta em corte de 0,50 ponto percentual na Selic na quarta-feira. “Dado o quadro de recuperação lenta e as perspectivas benignas para a inflação, projetamos que a taxa Selic chegará a 5% ao ano até o fim de 2019”, diz o

estudo.

Histórico

Na última reunião do Copom, realizada no fim de julho, a Selic caiu para 6% ao ano, o menor patamar desde o início do regime de metas de inflação, adotado em 1999, depois de permanecer 16 meses em 6,5% anuais. Contudo, essa taxa ainda é elevada se comparada com a de outros países.

“As taxas de juros, historicamente baixas, e o crescimento do crédito privado para pessoas físicas e jurídicas, seguem contribuindo positivamente para o crescimento. Por outro lado, a intensa desaceleração da economia global e a contração das despesas discricionárias do governo, especialmente investimentos, dificultam o crescimento mais rápido da economia”, justifica o relatório do Itaú. O banco reduziu a projeção de inflação deste ano de 3,6% para 3,4%, com expectativa de altas de 3%, nos preços livres, e de 4,6%, nos preços administrados, aqueles que não dependam de condições de oferta e de demanda, pois são estabelecidos pelos órgãos públicos ou por contratos.

Juan Jensen, economista-chefe e sócio da 4E Consultoria, ressalta que, mesmo com uma nova queda na Selic, os impactos econômicos dessa redução na economia serão pequenos no curto prazo. “A taxa já está baixa e não está tendo o impacto esperado na atividade. A queda dos spreads (diferença apropriada nas transações de crédito pelo mercado financeiro, que inclui taxas e o lucro dos bancos) se mostra lenta e muito resistente. Por isso, demora a chegar no consumidor final”, explica. O consultor também espera que o Copom opte por mais duas reduções nos juros básicos, de 0,5 ponto percentual, até o fim do ano.

O coordenador do curso de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Joelson Sampaio, lembra que a redução na Selic é positiva do ponto de vista das contas públicas. “No Brasil, se confirmada, a redução nos juros básicos será uma excelente notícia para a dívida pública, já que o governo economiza no pagamento dos juros dos títulos públicos”, afirma. Outro efeito da redução dos juros é aumentar a atratividade do mercado de capitais e reduzir o interesse em investimentos de renda fixa, cuja remuneração toma por base a taxa Selic, lembra Spyer, da Mirae.

A mediana das previsões do mercado para os juros básicos para o fim do ano no boletim Focus, do BC, continua em 5% ao ano, mesmo patamar de um mês antes. Para 2020, baixou de 5,5%, há quatro semanas, para 5,25%.

Riscos

Com risco de recessão global, as taxas de juros básicas estão baixas nos países mais desenvolvidos, em uma tentativa de animar a economia e evitar a retração da economia mundial. Na Zona do Euro, é zero. Japão, Suíça, Suécia e Dinamarca já praticam juros negativos. É comum economias desenvolvidas adotarem juros reais negativos, ou seja, abaixo da inflação. É o caso dos Estados Unidos. A novidade, porém, é que alguns países estão adotando juros nominais negativos. Essa prática afeta uma parte do dinheiro, pois se aplica, principalmente, a depósitos interbancários. Na Suíça, porém, esse juro negativo chegou no varejo e há bancos que cobram para manter depósitos. Juros negativos começaram a ser adotados depois da crise financeira global, em 2008, detonada por uma grande quantidade de empréstimos com lastro imobiliário de baixa qualidade nos Estados Unidos, os subprimes.

E, para tentar reaquecer a economia do bloco europeu, o BCE anunciou, na semana passada, duas medidas de estímulo: redução de -0,4% para -0,5% a taxa de remuneração de depósitos dos bancos na instituição, na expectativa de incentivar o consumo e causar mais inflação, atualmente em 1%. Além disso, anunciou que vai voltar a comprar títulos da dívida da Zona do Euro, a um ritmo de US\$ 20 bilhões por mês, a partir de novembro. O órgão reduziu de 1,2% para 1,1% a previsão de crescimento da economia europeia, em 2019. A do próximo ano, passou de 1,4% para 1,2%.

"A taxa já está baixa e não está tendo o impacto esperado na atividade. A queda do spread (diferença apropriada nas transações de crédito pelo mercado financeiro, que inclui taxas e o lucro dos bancos) se mostra lenta e muito resistente. Por isso, demora a chegar no consumidor final"

Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria

Controle da inflação

A taxa básica de juros (Selic) é o principal instrumento de política monetária do Banco Central para garantir a estabilidade do poder de compra da população. Ele aumenta a taxa de juros com a expectativa de desestimular gastos do consumidor e investimentos das empresas e, assim, conter a alta nos preços. Quando a inflação está baixa permite que BC reduza a taxa de juros, com o objetivo de estimular o consumo e os investimentos, acelerando, assim, a atividade econômica. O Comitê de Política Econômica (Copom) visa estabelecer e definir as diretrizes da política monetária do país e garantir o cumprimento da meta de inflação, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em 4,25% para este ano, com margem de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Qualquer mudança na taxa demora até seis meses para ter um impacto na economia real.

MME / ASCOM .